



**Em defesa da educação
pública, gratuita e dos 10%
do PIB para a educação pública já!**

Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já!



Índice

1. Apresentação.....	2
2. Análise crítica da política educacio- nal e a correlação de forças na atual conjuntura.....	9
3. A necessidade de construção de um projeto de educação classista e de arti- culação das lutas.....	20
1. Acesso e permanência.....	20
2. Avaliação.....	21
3. Democratização.....	22
4. Privatização e mercantilização da educação.....	22
5. Financiamento da educação..	23
6. Passe-Livre.....	24
7. Precarização.....	24
4. Considerações avante	25

Tópico 1



1. Apresentação

A presente cartilha tem por objetivo elencar os aspectos determinantes para a construção do Encontro Nacional de Educação (ENE), ocorrido no Rio de Janeiro em agosto de 2014. Convocadas pelo "Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já", após inten-

2

3

4

so processo preparatório nos estados, mais de duas mil pessoas aglutinando setores que representam estudantes, movimentos populares e sindicais e trabalhadores da educação realizaram um evento comprometido exclusivamente com o princípio da educação pública e gratuita, laica, de qualidade socialmente referenciada, em todos os níveis e de acesso universal.

Há mais de dez anos que os setores da educação não se reuniam em defesa de uma pauta comum. O ENE retomou a unidade de ação em defesa da educação pública, que tem em comum a disposição de assumir o protagonismo na construção de um projeto de educação pública, gratuita e de qualidade. A avaliação é vitoriosa no método e na política. No método, em discutir e construir as propostas a partir das bases. Na política, em revelar, com a presença massiva, a insatisfação com o desmonte da educação pública e a disposição de lutar por ela. Os encaminhamentos do ENE, como a criação de comitês nos estados e a realização do 2º ENE em 2016, precedidos de encontros estaduais, apontam direcionamentos para fortalecer esta unidade, chamando setores, que não estiveram presentes, a se juntarem. Momento que também foi fortalecido pela parti-

cipação de representantes de entidades da educação de alguns países, mostrando que a unidade deve ocorrer no marco internacional para resistir a mercantilização da educação pública.

Nos últimos anos, temos vivenciado uma intensificação das lutas sociais, que nos permitem projetar perspectivas para a superação do período de apassivamento e de cooptação introduzidos, especialmente, a partir dos governos petistas de Lula da Silva e Dilma Rousseff. A greve dos servidores públicos federais de 2012,



Marcha dos SPF em Brasília - Março/2012

com destaque para o movimento paredista dos setores da educação federal, trouxe à tona a disposição das categorias em enfrentar os projetos neoliberais, que sucateiam cada vez mais as escolas, institutos e universidades brasileiras, precarizando o trabalho de professores e técnico-administrativos em educação e sem garantias de acesso e permanência através de políticas coerentes com as necessidades dos estudantes.

Nas Jornadas de Junho de 2013, milhares de manifestantes ocuparam as ruas para, dentre outras pautas, lutar contra a mercantilização da educação pública. Não se tratavam de manifestações episódicas, mas de um conjunto de transformações

de consciências que passavam da indignação para a reivindicação. Junho trouxe para a agenda política nacional a possibilidade da classe



trabalhadora enfrentar os governos e empresários. As manifestações nas ruas se somou um dos maiores períodos de greves educacionais, (municipais e estaduais), que colocaram a educação pública na pauta das negociações. Em especial, a greve da educação no Rio de Janeiro, que contou com amplo apoio da sociedade, com a realização de manifestações com mais de 100 mil pessoas em solidariedade à luta dos trabalhadores em educação do estado e dos municípios.

Na efervescência das lutas sociais, 2014 inicia com várias categorias mobilizadas na busca de melhores condições de trabalho e vida. Janeiro desponta com as greves dos trabalhadores rodoviários pelo Brasil; em pleno carnaval, fevereiro é sacudido pela vitoriosa greve dos garis no Rio de Janeiro; em março, os professores de diversas redes públicas de ensino da educação básica iniciam o ano letivo paralisando as atividades; em maio, se iniciou a maior greve das universidades estaduais paulistas da história, completando quase 4 meses; em junho, às vésperas da Copa, os metroviários de São Paulo entram em greve; durante a Copa, diversas manifestações espalham-se pelo país e são duramente reprimidas pelas forças policiais e



Lutas de 2013: Greve rede estadual e municipal no RJ, Manifestação por passe livre em Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre e Rio de Janeiro. **Lutas de 2014:** Garis do RJ, protesto Metroviários de SP, Ato contra as obras da Copa do Mundo em Brasília e Manifestação da greve dos professores da USP (esq p/dir).

militares, instituindo um Estado de exceção que não se via desde a ditadura empresarial-militar.

Finalmente, chegamos em agosto de 2014, momento em que boa parte destas lutas sociais se encontram no Rio de Janeiro para agluti-



Marcha Nacional em Defesa da Educação Pública - ENE/2014

nar as diferentes frentes combativas e iniciar uma nova retomada da elaboração de projetos de educação pública da classe trabalhadora.

O ENE reafirmou, enfaticamente, a luta sem tréguas contra a mercantilização da educação, em defesa do financiamento pelo Estado para a educação pública, na ordem de 10% do PIB

imediatamente e exclusivamente para a educação pública, que possibilite condições democráticas de acesso e permanência em todos os níveis de ensino; repudiou todas as formas de precarização das condições de trabalho que os setores empresariais querem impor à educação, bem como a lógica da avaliação meritocrática e produtivista do ensino e do trabalho docente; posicionou-se contra todas as formas de desrespeito à autonomia universitária e todas as tentativas de submeter a educação a parâmetros autoritários, impondo o individualismo e a competição, no lugar da elaboração solidária e coletiva, fundamentos necessários para a construção de uma sociedade realmente democrática. Repudiou o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, sancionado pelo governo, pois é uma legislação que atende aos interesses privatistas do empresariado da educação; aprofunda a precarização dos trabalhadores em educação; e promove uma expansão sem adequadas condições, que preservem a qualidade do ensino público, desde a creche até a pós-graduação.

Em uma breve recuperação histórica dos embates políticos em torno de um projeto de educação para a sociedade brasileira, ao lon-

go das últimas décadas, os debates em torno da necessidade de um Plano Nacional da Educação se concretizam na Constituinte (1987) como uma das marcas do processo de democratização da sociedade brasileira.

Nesse contexto, várias Conferências Brasileiras de Educação culminaram com a Carta de Goiânia, em 1986, trazendo um diagnóstico da educação no Brasil e sugestões de temas a serem contemplados na Constituição. Esse movimento resultou na articulação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP). Toda a mobilização da sociedade para a promulgação da LDB nº 9394/96 expressava os conflitos entre um projeto democrático de educação e o projeto neoliberal do governo que se consolidava à época.

A LDB nº 9394/96 previa que, no prazo de um ano, a União encaminhasse ao Congresso um PNE com diretrizes e metas para os dez anos seguintes. O processo de discussão e elaboração de um PNE gerou dois projetos antagônicos. Um elaborado no âmbito da sociedade brasileira por meio das Conferências Nacionais de Educação, que foram organizadas pelo FEDEP e pelos partidos de oposição. Essa proposta denominada Plano Nacional de Educação – Proposta

da Sociedade Brasileira (II Congresso Nacional de Educação, II Coned, Belo Horizonte/MG, 1997), construída a partir de vários Coned, deu entrada no Congresso Nacional como o Projeto de Lei 4155/1998, buscando incorporar as reivindicações dos movimentos populares para a educação brasileira. Em contraposição a esse projeto, foi pensado a essa proposta o texto oficial do Governo, o PL 4178 sem nenhuma discussão com a sociedade. Apenas no final de 2000 foi aprovado o PNE, com base no relatório da Comissão de Educação, desconsiderando as proposições do PNE da sociedade brasilei-



Plebiscito Popular organizado pelo Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já! - Novembro/2011

ra, sobretudo em termos do compromisso do Estado com o financiamento da educação brasileira, sancionado em 09 de janeiro de 2001, como lei 10172 com nove vetos presidenciais.

Esse PNE vigorou até 2010, sem cumprir parte significativa das metas estabelecidas em lei, com os governos negligenciando as necessidades de ampliação de recursos, valorização dos trabalhadores da educação e universalização e democratização do ensino. Para elaboração de um novo Plano Nacional de Educação, o governo realizou a Conferência Nacional de Educação (Conae, 2010), precedida pela realização das Conferências Municipais e Estaduais de Educação. O documento final da CONAE não foi considerado pelo Governo para a elaboração do novo Plano. Em 2010 entra em cena o PL nº 8035/2010 que propõe o Plano Nacional de Educação 2011-2020, a partir do documento enviado pelo Executivo. Este PNE, nos últimos três anos ficou tramitando no Congresso Nacional passando por várias comissões, recebendo inúmeras emendas procedentes de várias entidades acadêmicas e classistas, até ser aprovado e sancionado pelo governo Dilma (PT), em junho - Lei 13.005/2014.

Em que pese as diferentes estratégias utiliza-

das pelas entidades classistas, essa postura governamental reforçou a posição dos setores que decidiram não compactuar com as Conferências Municipal, Estadual e Nacional de Educação, pois entendia-se que participar seria legitimar o projeto de educação do governo, o qual não se compromete com a educação pública e gratuita.

A conjuntura educacional dos anos 2000 foi marcada pela ação organizada do capital, reunido na coalizão de frações das classes dominantes "Todos pela Educação" e, ainda, pelo controle crescente das instituições educacionais pelo setor financeiro, por meio dos fundos de investimentos. Tal quadro exige uma profunda reavaliação das formas organizativas das lutas em defesa da educação pública construídas pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) desde a Constituinte de 1987. A necessidade de repensar a organização não se deve apenas a sua desarticulação em 2005, em decorrência da ruptura dos consensos que, até então, orientaram a unidade de ação do FNDEP, como a defesa da exclusividade das verbas públicas para a educação pública, mas, também, em virtude do tipo de ação dos setores dominantes, muito mais ampla, orgânica e articulada.



O desmonte do FNDEP, de um lado e, de outro, o apoio de diversos sindicatos outrora vinculados ao Fórum ao projeto de indiferenciação entre o público e o privado, em favor desde último, foram decisivos para que os governos do PT encaminhassem, com resistências restritas principalmente à esquerda, um projeto de PNE que ressignificou o sentido de público, passando a chamar investimento público direto (aquele exclusivamente para o setor público) e investimento público total (referindo-se aos recursos que devem atender também as demandas do empresariado). Assim, os recursos passam a

ser indistintamente para as instituições públicas e as organizações privadas, através das metas de expansão das matrículas, agora não somente públicas, mas "gratuitas" para o cliente. Em favor das corporações, o PNE governamental estabelece que a melhor forma de democratizar a educação seja pela aquisição de vagas no mercado educacional (Fies, Prouni, Pronatec, etc).

2. Análise crítica da política educacional e a correlação de forças na atual conjuntura

O atual momento da política educacional requer uma reflexão aprofundada a respeito das disputas em torno de projetos de sociedade. A correlação de forças políticas possibilitou, ao governo federal, a consolidação de um processo de dominação de classe que se concretiza por meio de uma legislação que retira da educação o sentido de direito social garantido constitucionalmente de caráter público e gratuito.

A construção do Encontro Nacional de Edu-

Tópico 2

cação surge em um período atravessado por processos de intensificação do antagonismo de classe expresso, por exemplo, na radical desigualdade de acesso à riqueza produzida pela humanidade - os 85 mais ricos do mundo detêm riqueza equivalente à metade da população mundial. Os setores dominantes da burguesia extrapolam os limites nacionais e configuram-se como entes supranacionais de ingerência sobre a soberania dos países, tanto dos chamados países periféricos do capitalismo, como dos considerados países centrais (em que pese a imprecisão desta caracterização na medida em que as nações são integradas de forma subordinada à ordem imperialista como um todo, cuja referência de análise do desenvolvimento desigual e combinado nos dá pistas para compreender que não há choque entre o mais atrasado e o mais desenvolvido, mas sim uma lógica global sistêmica de exploração da força de trabalho total disponível e a extração de mais valor que transcendem fronteiras nacionais).

No campo educacional é importante destacar o papel que a Unesco e demais organismos internacionais têm cumprido de reunir os setores empresariais e governos em um projeto de educa-

ção voltado a atender as demandas de mercado para o desenvolvimento econômico capitalista.

Tal projeto passa ao largo das necessidades e demandas da imensa maioria da população mundial, em que a classe trabalhadora e os povos autóctones são tratados como objetos da educação voltados à produção de mercadorias, especialmente da força de trabalho. Intensificam-se também os processos de expropriação de direitos sociais e trabalhistas, em prol de formas híbridas de imposição da lógica privada para a esfera pública, transformando direitos sociais em capital. A própria configuração de grupos conglomerados empresariais nos mostra que a mercantilização e a privatização da educação se tornam importantes espaços de rentabilidade, tanto no oferecimento de serviços quanto no mercado financeiro especulativo. Formam-se verdadeiros cartéis do ensino privado, como demonstrado pela fusão dos grupos Anhanguera Educacional e Kroton Educacional S/A, que agora são proprietárias de mais de 800 unidades de ensino superior e 840 escolas privadas, cujo valor de mercado (das duas companhias) aproxima-se dos R\$ 12 bilhões.

Para analisar a correlação de forças na atua-

Anhanguera Educacional e Kroton Educacional S/A são proprietárias de mais de **800 unidades de ensino superior** e **810 escolas privadas**, cujo valor de mercado das duas companhias aproxima-se dos **R\$ 12 bilhões**.

lidade, é importante apontar que, ainda no ano de 1990, por ocasião da realização da Conferência Mundial sobre Educação

Para Todos, na cidade de Jomtien,

na Tailândia, setores governamentais e empresariais elaboraram a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos, que definia metas e objetivos educacionais para o desenvolvimento das nações através da educação. Claramente vinculada à perspectiva da educação como capital humano, essa declaração aponta necessidades de aprendizagem, financiamento, acesso e formação vinculadas à noção de que a educação tem dois objetivos principais por dentro do sistema do capital: 1) formar mão de obra necessária para inserção no mercado de trabalho e produção de mercadorias através dos princípios de compe-

tências e habilidades; 2) formação ideológica de adequação e reprodução ao modo de vida burguês através do ideário da cidadania, de sujeitos reflexivos, flexíveis e amoldados à ordem vigente.

Para o ensino superior, derivou deste processo a elaboração do chamado Tratado de Bolonha, em 1999, que estabeleceu a criação do Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES), o qual promoveu reformas no ensino superior dos 29 países europeus signatários de tal documento. A criação do EEES trouxe mudanças bastante significativas para o ensino superior, especialmente no que diz respeito ao financiamento e perspectivas de formação. Retirou-se completamente o caráter público e gratuito dos sistemas de ensino e padronizou um determinado modelo de formação em toda a Europa, retirando as particularidades das necessidades específicas de cada região, em torno de um projeto de internacionalização do ensino superior fundado na perspectiva neoliberal do capital humano e das competências. Tal projeto de ensino superior serviu de base para a proposta de Universidade Nova que, por sua vez, constituiu os fundamentos do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

(Reuni) implementados pelos governos do PT.

No Brasil, os grupos empresariais, especialmente ligados ao setor bancário (Itaú, Santander, Unibanco, HSBC e Bradesco), à siderurgia (Gerdau) e a comunicação (Rede Globo) convocaram a construção do movimento Todos Pela Educação



(TPE), junto a outras organizações sociais como Fundação Ayrton Senna e Fundação Roberto Marinho. O TPE tem, de fundo, a disputa por um projeto de educação dirigido e direcionado para garantir os interesses das grandes corporações

econômicas, que veem na educação possibilidades lucrativas e ideológicas de colocar seus preceitos empresariais como forma hegemônica de formação. Como se trata de uma organização que dita as regras do jogo capitalista, o atrelamento aos últimos governos brasileiros são facilmente identificáveis na medida em que se observa que o projeto educacional de ambos - empresas e governo - são idênticos e complementares.

Poderíamos pensar que se trata de uma enorme coincidência, porém quando o então ministro da educação do PT, Fernando Haddad, batizou o principal plano de ação na área educacional do governo Lula com o nome Compromisso Todos pela Educação, identifica-se um mesmo projeto de educação privatizante e atrelado ao empresariado, inclusive com o mesmo nome. Em outros termos, a principal medida educacional dos governos petistas de Lula e Dilma é a implementação da agenda do TPE.

No que tange à política educacional dos últimos anos, podemos identificar este atrelamento ao TPE em uma série de projetos e programas implementados, os quais atacam frontalmente a educação pública e beneficiam sobremaneira os setores privados. O programa Reuni trouxe a

perspectiva de expansão do ensino superior de forma desordenada e precarizante, no que tange as condições de trabalho e estudo e também em relação à questão de acesso e permanência.



Cabe ressaltar que as mudanças do governo federal ocorridas no ano de 2003, findando o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e iniciando o período petista (de Lula à Dilma), não trouxeram alterações substantivas no tocante à implementação de políticas privatizantes. O que se percebe é que há uma continuidade cada vez mais acentuada no direcionamento das políticas educacionais para a esfera privada, iniciada

com FHC atravessando os governos petistas até a atualidade. Ao mesmo tempo, é preciso destacar também as discontinuidades dos governos supracitados que, embora tais diferenças sejam mais conjunturais do que estruturais, incorrem em processos híbridos de relação entre público e privado que vêm sendo chamado de "privatização não clássica", ou seja, os governos de Lula e Dilma operaram uma dupla forma de privatização:

a) Privatização Clássica: em que o patrimônio público é completamente cedido (na forma de leilões, vendas ou concessões) para a iniciativa privada, para citar alguns exemplos temos o leilão do Pré-sal, aeroportos e rodovias (todos realizados no governo Dilma);

b) Privatização Não Clássica: criação de fundos ou empresas públicas de direito privado que são apresentadas como modelos públicos de gestão, porém permitem a possibilidade de entrada do capital privado aproveitando-se das políticas sociais, como por exemplo, a Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais (Funpresp) e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

Estas afirmações também podem ser ilustradas através de algumas medidas tomadas pela con-



trarreforma do Estado brasileiro em relação às políticas educacionais, que apresentamos a seguir:

a) Relação entre Instituições de Ensino Superior (IES) e empresas privadas: duas legislações são expressivas nesse sentido, a Lei de Inovação Tecnológica (LIT) - regulamentada pela Lei 10.903, de 30 de dezembro de 2004 - e a contratação de Parcerias Públicas Privadas (PPP) - Lei 11.079, 30 de dezembro de 2004. Estas medidas regulamentam as parcerias entre as instituições científicas e tecnológicas, que englobam as universidades e institutos de pesquisa, e as empresas privadas, estabelecendo formas de transferência de produtos e processos desenvol-

vidos nas IES, objetivando nexos entre as políticas públicas de inovação e uma perspectiva de desenvolvimento econômico, porém ressalta-se que este desenvolvimento tem por base a competitividade e o empreendedorismo da economia brasileira. A concepção de inovação presente nestas medidas se refere à capacidade da produção científica e tecnológica de inserção no mercado, ou seja, o valor da pesquisa é medido pelo seu caráter pragmático de desenvolver o setor produtivo (em grande medida, o setor privado);

b) Financiamento do Ensino Superior privado: o Programa "Universidade para Todos" - Prouni (Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005), criado pelo governo Lula (PT), surgiu sob o discurso de democratizar o acesso ao Ensino Superior com a ocupação de vagas ociosas nas instituições particulares de ensino em troca de isenção de impostos - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) -, além de uma ampliação maciça dos empréstimos subsidiados pelo governo federal para os "clientes" através do Fundo de Fi-

nanciamento Estudantil (Fies). Essa política tem uma clara intenção de beneficiar os empresários da educação, tendo em vista o elevado número de vagas sobranes nas instituições particulares de ensino que, agora, passam a ser subsidiadas pelo governo federal. Demonstra-se, mais uma vez, a transformação da educação em capital sob "simpáticos" discursos de ampliar o número de estudantes que acessam o Ensino Superior;

c) Fundações estatais e empresas públicas de direito privado: recentemente, voltou a agenda do governo federal, através de requerimento de urgência, o Projeto de Lei Complementar 92/2007, de iniciativa do Poder Executivo, que trata sobre as Fundações Estatais de Direito Privado, criadas como mecanismos híbridos de integração público-privado, em que tais fundações são utilizadas para captação de recursos através da prestação de serviços das IES ou mesmo de abrir possibilidades de cobrança para cursos de pós-graduação e serviços.

Outra medida do governo federal, agora sob a administração de Dilma (PT), foi a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), uma empresa pública de personalidade jurídica de direito privado que tem por inten-

ção controlar os Hospitais Universitários. As IES são "convidadas" a aderirem à Ebserh através de contratos de adesão (nos moldes do Reuni) nas quais se comprometem com metas de desempenho, indicadores e prazos de execução, cedendo todo o patrimônio dos Hospitais Universitários (HU) existentes para a EBSERH. Ou seja, ao aderirem à Ebserh, as IES abrem mão de seus HU, que passam a ser administrados por conselhos da própria empresa, que permitirá o desenvolvimento de pesquisas e inovação sob os mesmos moldes das parcerias públicas-privadas.



d) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec): muito parecido com o Prouni, este é um programa educacional voltado para alocar dinheiro público em instituições privadas, fortalecendo a lógica da mercantilização quando, através da Bolsa-Formação, financia cursos de qualificação oferecidos na rede privada e no Sistema S (Sesi; Senac; Senar; Senai), repassando para tais instituições bilhões de reais. Além de expandir o Fies aos estudantes de ensino técnico para estudarem em escolas privadas, por meio do Fies Técnico Empresa, faz empréstimos aos empresários para a capacitação de seu quadro de funcionários. Ainda amplia a precarização do trabalho através da remuneração aos professores e técnico-administrativos que recebem bolsas, que não se caracterizam como salário, para execução de projetos de ensino ou por hora-aula, estimulando jornadas extras de trabalho e não configuram vínculo empregatício, flexibilizando e fragilizando direitos trabalhistas.

No que se refere à educação básica, professores e funcionários de escola de diversos estados e municípios ainda não recebem o piso salarial nacional e não tem garantias de 1/3 da jornada



de trabalho para planejamento, ambos previstos na lei do piso nacional do magistério (Lei 11.738/08). Além disso, dois programas estão sendo implementados no ensino fundamental e médio, o pacto pela alfabetização na idade certa e o pacto pelo fortalecimento do ensino médio. O primeiro parte de um pressuposto cristalizado de que há uma idade certa para concluir a alfabetização (os oito anos de idade), responsabilizando os educadores caso não consigam atingir esta meta. O segundo é anunciado como valorização da formação continuada de professores, mas

carrega consigo a iniciativa de reformar o ensino médio nacionalmente, sob orientação do setor empresarial para formar jovens de acordo com as demandas do mercado. Ambos os pactos prevêem uma "bolsa" temporária para professores que aderirem ao programa, sem que este valor seja incorporado ao salário, a partir do compromisso de melhorar o desempenho de educandos.

Somam-se a estas políticas para a educação básica, as parcerias públicas-privadas desenvolvidas pelas redes estaduais e municipais. As redes públicas estabelecem convênios com Organizações Não Governamentais (ONG) ou com empresas privadas na área de consultoria e gestão, através das quais são repassados recursos públicos para estas empresas e ONGs, que exercem papel de gestão e definição de projetos para as escolas públicas, incluindo a confecção de materiais didáticos, cujos conteúdos sequer são debatidos com docentes e estudantes.

Ainda, é importante destacar que os processos de "bolsificação da vida" têm aparecido fortemente na educação básica. Os programas governamentais como Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino

Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), Mais Educação, Segundo Tempo e outros buscam formas de aumentar a renda de professores das escolas públicas através de bolsas vinculadas ao atendimento de critérios estabelecidos nos editais de seleção destes projetos, portanto, externos à comunidade escolar. Ou seja, ao invés de oferecer melhores condições de trabalho, carreira e remuneração, estes programas oferecem bolsas temporárias em projetos que atacam a autonomia e a democracia das escolas públicas, além de serem formas paliativas de contribuição com a formação dos estudantes.

Este conjunto de políticas educacionais apresentadas tem uma perspectiva de educação baseada na mercantilização e na precarização do trabalho e ensino. Estas medidas particulares encontram a sua linha estratégica no Plano Nacional de Educação (PNE) sancionado pelo governo Dilma (PT) em 2014. Apoiado amplamente pelo setor empresarial, este documento apresenta várias questões que apontam para a privatização e o sucateamento da educação pública. O "simples" fato de retirar o caráter público da educação já demonstra que a perspectiva é de destinação de recursos públicos

para a educação privada, intensificando os programas de repasse de recurso público direto ou através de isenções fiscais para as empresas educacionais, da creche à pós-graduação.

Para ilustrar esta afirmação, basta nos determos no §4º do art. 5º, que tem a seguinte redação:

§4º O investimento público em educação a que se referem o inciso VI do art. 214 da Constituição Federal e a meta 20 do Anexo desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, **inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial** na forma do art. 213 da Constituição Federal [grifos nossos].

Ou seja, quando se fala em investimento público em educação não se aponta para o investimento em "educação pública", mas sim em "educação", em que se incluem, na perspectiva de investimento público, os recursos alocados na esfera privada (conforme está grifado), atrelando e mascarando a destinação de 10% do PIB para a educação, preten-

didados a serem atingidos ao final do decênio.

O texto do PNE considera como investimento público a compra de vagas em instituições privadas, nacionais ou estrangeiras, em todos os níveis da educação, por meio dos programas com vistas à institucionalização como o Prouni, Pronatec, Ciência Sem Fronteira ou ainda, a compra de vagas na educação infantil em creches conveniadas, além de ampliar o endividamento estudantil através do Fies. O Estado se isenta do compromisso de garantir a universalização do direito à educação e passa, exclusivamente, ao processo de regulação e controle de resultados.

A ressignificação do caráter público da educação tem sido trazida como tática diversionista para a sociedade. Esta ressignificação opera sobremaneira para o benefício do capital e da mercantilização da educação.

O sentido e m p r e s a -
rial presen-



te no PNE, também pode ser identificado na forma de gestão da escola básica preconizada, como expresso na meta 19 do PNE:

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, **associada a critérios técnicos de mérito e desempenho** e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto [grifos nossos].

Nesta meta, se identifica a associação da gestão com "critérios técnicos de mérito e desempenho", trazendo à tona a perspectiva gerencialista para a gestão dita democrática.

Ainda nesta questão, os processos avaliativos da educação atrelados a indicadores nacionais de desempenho também operam na lógica meritocrática e produtivista, cujos atores da educação se tornam reféns das políticas educacionais e das metas determinadas pela lógica da transformação da educação em mercadoria.

Em síntese, o PNE 2014-2024 reafirma o projeto de Educação que o governo vem impondo à sociedade. A política educacional expressa no PNE é parte de um programa de governo que foi

instituído desde 2007 pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). A expansão, proposta no PNE, será através da flexibilização dos currículos. O PNE é uma legislação que retira da educação o caráter de direito social, garantido constitucionalmente, e privatiza o espaço da educação pública, através das parcerias públicas-privadas na perspectiva limitada a taxas de escolarização, intensificando a precarização do ensino.

A mudança no conceito de que educação pública pode ser oferecida sem o compromisso do Estado na universalização do atendimento e do processo educacional com qualidade. Desta forma, o Estado se isenta do compromisso de garantir a universalização do direito à educação. Aprofunda a precarização do trabalho com expansão sem adequadas condições.

O PNE é uma legislação que **retira da educação o caráter de direito social**, garantido constitucionalmente, e **privatiza o espaço da educação pública**, através das parcerias público-privada na perspectiva limitada a taxas de escolarização, intensificando a precarização do ensino.

3. A necessidade de construção de um projeto de educação clas-sista e de articulação das lutas

Tópico 3

Ao mesmo tempo em que se apontou as características da educação pública e das políticas governamentais atuais, que intensificam o cenário de precarização e privatização da educação pública, é preciso que todos os setores classistas se debrucem sobre o projeto de educação representativo da classe trabalhadora. Nesse sentido, os apontamentos do ENE

trouxeram elementos importantes para estabelecer as bases para elaboração deste projeto.

Através dos sete ei-



nos, foi possível identificar proposições e discussões sistematizadas na seguinte forma:

1. Acesso e permanência

Destaca-se a defesa do acesso universal à educação, em todos os níveis, e da garantia de permanência estudantil como políticas efetivas de universalização da educação em todos os níveis e modalidades. As precárias condições de permanência na educação básica tem ampliado a evasão escolar ao longo dos anos, fazendo com que poucos estudantes cheguem ao fim do ensino médio. Embora os motivos sejam diversos, o aumento do financiamento da educação e propostas pedagógicas construídas com autonomia pelas comunidades permitem que os estudantes encontrem nexos entre a formação escolar e a formação humana.

No caso do ensino superior, é preciso ampliar os recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e pautar a criação de cre-

BOICOTE JÁ!
POR UMA AVALIAÇÃO DE VERDADE!



ches universitárias para filhos e filhas de estudantes durante as aulas, além de modificar o caráter das bolsas de permanência, que estão atreladas ao trabalho administrativo da universidade, substituindo as funções dos técnicos-administrativos através do trabalho precário.

Faz-se necessário buscar formas de ampliação das políticas afirmativas com garantias de permanência, como cotas sociais e raciais, especialmente referenciada na igualdade de gênero, raça, para pessoas com necessidades especiais e orientação sexual,

estendendo-se o acesso das comunidades quilombolas e indígenas na educação pública.

2.Avaliação

A avaliação no âmbito das instituições de ensino, em todos os níveis, é um aspecto fundamental para a garantia da autonomia das comunidades escolares de auto-organizarem seus projetos pedagógicos e suas formas de avaliação, condizentes com as necessidades e objetivos educativos de cada contexto, estabelecidos pelos próprios trabalhadores da educação, estudantes e comunidade.

Os critérios meritocráticos têm sido adotados como forma de ranqueamento de instituições e de estudantes, atrelados ao descompromisso do Estado de garantia de condições adequadas de trabalho e ensino. Assim, a meritocracia atua no sentido de desconstrução das carreiras; por essa razão, foi salientada a necessidade da luta em defesa de planos de carreira,

que valorizem o tempo de serviço e a titulação.

No âmbito imediato, o boicote ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) é um instrumento de luta que precisa solidificar o enfrentamento à lógica punitiva e descompromissada com a qualidade do ensino superior.

3. Democratização

As instituições de ensino devem ser espaços democráticos e autônomos, com participação da comunidade nas decisões, com eleições diretas para dirigentes, na forma definida democraticamente em cada instituição e em processos que se encerrem em cada uma delas. Isto é, com fim das listas enviadas para a escolha dos indicados pelos governantes de plantão. Igualmente deve ser a gestão, com garantia de participação de todos os segmentos, trabalhadores e estudantes. Ressalta-se que as políticas educacionais devem também ser democraticamente definidas, o que não foi o caso do Plano Nacional de Educa-

ção. É de fundamental importância, para a democracia, que seja retirada a polícia do interior das escolas, institutos e universidades. É preciso assegurar a liberdade de organização dos estudantes e dos trabalhadores, combater as práticas antissindicais no interior das instituições de ensino e repudiar a inaceitável onda de criminalização dos movimentos sociais no Brasil.

4. Privatização e mercantilização da educação

A educação deve ser um direito garantido a toda a população. No entanto, o governo brasileiro sonega esse direito básico. Em busca de uma formação e de uma vida melhor, muitos brasileiros veem-se obrigados a recorrer a instituições privadas, que majoritariamente oferecem um ensino sem qualidade, desvinculado da pesquisa e da extensão. Atualmente, o Brasil é o 6º mercado mundial educacional, com 75% dos graduandos matriculados em universidades privadas, espaço de atuação de monopólios edu-

cacionais gigantescos. Além disso, Programas como o PROUNI, o PRONATEC e FIES são formas de assegurar, por meio de subsídios públicos, a lucratividade dessas empresas, cada vez mais monopolizadas, neste gigantesco mercado educacional, que se amplia com as políticas de parcerias público-privado, expressas em expedientes como a Lei de Inovação Tecnológica e o "Todos pela Educação". Tem chamado a atenção, mais recentemente, a política para os hospitais públicos com a criação da EBSEH, que fere a autonomia das universidades federais e compromete a formação dos discentes.

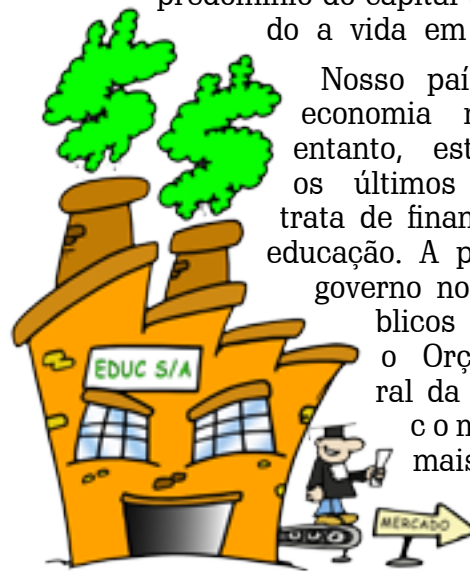
5. Financiamento da educação

A construção de uma educação pública de qualidade exige como (pre)condição a garantia de recursos públicos para o seu financiamento. A educação é dever do Estado, por isso ao Estado compete financiá-la. A luta pela transformação da educação em instrumento de construção de uma sociedade independente e

soberana, exige o seu financiamento pelo Estado.

O projeto de educação hegemonicamente existente privilegia e legitima o setor privado como sendo de maior qualidade, porém, é preciso desmascarar o real sentido desses discursos. A falta de investimento na educação pública sempre vem acompanhada do investimento público na esfera privada ou mesmo na privatização do setor público, ou seja, garantia do predomínio do capital transformando a vida em mercadoria.

Nosso país tem a 7ª economia mundial, no entanto, estamos entre os últimos quando se trata de financiamento da educação. A prioridade do governo nos gastos públicos é clara, pois o Orçamento Geral da União (2014) compromete mais de 40% com os interesses especulativos



do capital financeiro através do pagamento da dívida pública, enquanto que para a educação compromete menos de 4%. A reivindicação de 10% do PIB, exclusivamente para a educação pública Já!, é uma necessidade para que haja a reversão do processo do desmonte da educação. Foi indicada ainda a importância do acompanhamento das definições e execuções orçamentárias, com exigência de transparência, como parte da luta em defesa da educação pública e o imediato cumprimento do art. 212 da Constituição Federal de 1988 e seu acompanhamento pelas entidades do setor educacional federal, estadual e municipal. Assim como, de discutir o financiamento articulado com a luta sobre carreira e gestão democrática conforme os parâmetros do PNE da Sociedade Brasileira.

6. Passe-Livre

As gigantescas manifestações de junho de

2013 eclodiram a partir da insatisfação dos brasileiros com as altas tarifas e a péssima qualidade dos transportes públicos, conjugadas com a corrupção, a falta dos serviços públicos de qualidade – educação e saúde-, e uma prática política desenraizada dos reais interesses e direitos do povo brasileiro. A luta pelo Passe Livre amplia o horizonte das lutas sociais brasileiras, pois articula a juventude, os trabalhadores e os movimentos sociais. No específico da educação, a luta pela redução das tarifas e pelo passe-livre contribui no combate a evasão (expulsão) escolar, em especial no ensino médio, onde cerca de ¼ dos estudantes faltam às aulas devido à ausência de condições para custear o transporte (Motivos da Evasão Escolar - FGV/2009).

7. Precarização

Combater a precarização da educação pública é, sem dúvida, lutar por melhores condições de vida para a população. Enquanto as escolas públi-

cas sofrem sem estrutura adequada (faltam banheiros, salas de aula, água, internet etc), os governos ampliam o investimento no setor privado.

O avanço da privatização e a expansão desordenada nas universidades públicas e institutos federais ocasionou o aumento da precarização do trabalho dos profissionais da educação, desorganizando os planos de carreira. Além de precarizar as condições de trabalho dos trabalhadores efetivos, a entrada de interesses privados nas universidades públicas trouxe a terceirização

e os contratos provisórios, aos quais se somaram os efeitos provocados pela implantação do Reuni. Esses trabalhadores representam uma grande parcela da força de trabalho das instituições educacionais



nais e estão em condições extremamente precárias em termos de direitos trabalhistas. As entidades sindicais dos trabalhadores em educação assumiram a responsabilidade de levar as reivindicações desses setores como parte da luta contra todas as formas de precarização do trabalho nas instituições de ensino.

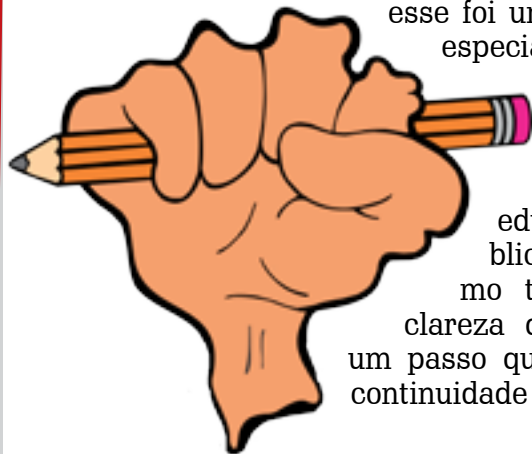
4. Considerações Avante

O ENE reafirmou, enfaticamente, a luta sem tréguas contra a mercantilização da educação, em defesa do financiamento pelo Estado, na ordem de 10% do PIB, Já! exclusivamente para a educação pública, que possibilite condições democráticas de acesso e permanência em todos os níveis de ensino; repudiou todas as formas de precarização das condições de trabalho que os setores financistas querem impor à educação, bem como a lógica da avaliação meritocrática e produtivista do ensino e do trabalho docente; posicionou-se contra todas as formas de desrespeito à autonomia universitária e a todas tentativas de submeter a educação a parâmetros autoritários, impondo o individualismo e a competição,

Tópico 4


no lugar da elaboração solidária - fundamento necessário para construção de uma sociedade realmente democrática. O ENE repudiou o PNE sancionado pelo governo, pois é uma legislação que atende aos interesses privatistas do empresariado da educação, aprofunda a precarização dos trabalhadores em educação e promove uma expansão sem adequadas condições que preservem a qualidade do ensino público, desde a educação básica até a educação superior, na perspectiva de se desobrigar do compromisso do financiamento da Educação Pública.


Os participantes do Encontro Nacional de Educação declaram que esse foi um momento especial de rearticulação das lutas em defesa da educação pública. Ao mesmo tempo, têm clareza que esse é um passo que a requer continuidade de inicia-





tivas e de medidas que contribuam para o enraizamento da luta em defesa da escola pública. É importante evocar a necessidade da unidade para que, juntos, entidades e movimentos sociais comprometidos se esforcem na construção de alternativas hegemônicas dos trabalhadores para a ciência, a tecnologia, as artes e a cultura.

Para tantos, foram indicadas pelo Encontro Nacional de Educação:

 Constituição de Comitês Estaduais em Defesa da escola pública.

 Participação nas atividades do dia 21 de Agosto - Dia Nacional de Luta contra a Criminalização dos Movimentos Sociais – Lutar Não É Crime!

 Realização nos estados, na segunda quinzena de outubro, de um dia de Luta em Defesa da Educação Pública.

 Realização do II Encontro Nacional de Educação em 2016, precedido de Encontros Estaduais preparatórios.



Manutenção e ampliação do Comitê Nacional em defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já!



Organização de agenda de atividades e ações como referência para a orientação e realização das tarefas que façam avançar a nossa luta, que queremos incorporada pelo povo brasileiro, para o avanço da liberdade, a emancipação social e o descortino de outro mundo.



Esta cartilha é uma produção das entidades que compõem o **Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já!** (ANDES-SN, ANEL, CSP-Conlutas, Oposição de Esquerda da UNE, FENET, ExNEEF, SINASEFE, CFESS)
Texto: Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já!
Revisão: Renata Maffezoli MTb 10126
Diagramação: Paola Rodrigues 10982 DRT-DF
Fotos: Mídia Ninja, Fotos Públicas, Luiz Fernando Nabuco e Renata Maffezoli